



>> A nossa responsabilidade nos «Documentos do Panamá»

1. O escândalo dos «Documentos do Panamá» tem a enorme vantagem de documentar a degenerescência ética da sociedade contemporânea há muito conhecida. Uma degenerescência que é de alguns, contra todos. Numa sociedade onde a economia não registada na contabilidade nacional oficial é elevada, onde o sector financeiro tem uma importância desproporcionada e aposta mais na especulação bolsista, no crédito ao consumo, nos empréstimos aos Estados debilitados, quando a dívida privada e pública atingem valores muito elevados, as vantagens de uns são as desvantagens de outros. Os responsáveis pelas fraudes têm reformas principescas e os outros é que ficam responsáveis por repor os estragos causados. Estas revelações também poderão a ajudar a compreendermos que nós, cidadãos do mundo, somos a outra face desta realidade que todos os dias nos atinge.

Quando se criam contas bancárias ou se instalam empresas fantasma nos chamados paraísos fiscais (*offshores*), redutos de sigilo, há mais crianças que morrem antes de atingirem um ano de idade, há mais famílias destroçadas pela guerra ou pelo êxodo, há mais fome e subnutrição, há mais doentes incapazes de aceder aos medicamentos, há mais políticos a serem corrompidos, há mais empresas honestas em dificuldade de sobreviverem, há mais tráfico de droga a gerar decrepitude social. Quando uns fogem aos impostos outros pagam mais. Quando há lavagem de dinheiro criam-se condições para mais bombas terroristas, para criminosos apropriarem-se de fundos financiadores dos Estados, chefiarem empresas legais e comprarem as empresas privatizadas. Quando a criminalidade organizada transnacional esconde o seu património aumenta-se a insegurança mundial, amplia-se o crime, a corrupção, as mortes, o infortúnio de muitos. Quando se garante o sigilo, salpicado de frágeis acordos de troca de informações, reduz-se o poder do Estado, a capacidade de intervenção das polícias, auto-reproduz-se e amplia-se a criminalidade nacional e internacional. Uma criminalidade que não é marginal na sociedade, que pode ser o proprietário da loja onde nos abastecemos, o político que elegemos, o comentador televisivo que admiramos, o amigo com quem conversamos.

2. Mossack Fonseca, advogado responsável pelas operações realizadas declarou aos jornalistas: “Nem fomentamos nem promovemos actos ilegais. Seguimos a lei ao pé da letra”. Com os esquemas de sigilo automaticamente encobriu e promoveu muitos actos ilegais, provavelmente vários bárbaros, mas na verdade ele não cometeu nem ajudou a cometer ilegalidades. E aí está o cerne do problema: os paraísos fiscais, a facilidade de criação de empresas fictícias e o encobrimento dos seus proprietários, logo o sigilo dos actos aí praticados, é uma mega estrutura mundial perfeitamente legal. A lei dos poderosos do mundo (ou não fossem os maiores países capitalistas os seus proprietários) encobre a sua própria ilegalidade. A lei existe para proteger a propriedade dos donos da riqueza. Por isso, a riqueza privada nos paraísos fiscais é pelo menos metade do produto mundial anual.

Como é que esta situação, que a partir dos anos oitenta do século passado foi cada vez mais intensa e perceptível, tantas vezes reclamada pela opinião pública e sectores políticos, como é que estes espaços, legais e poderosos, de passeio de defraudadores, corruptos, empresas fantasma e criminosos são compatíveis com a democracia? Não é a democracia o governo do povo? Não têm os cidadãos capacidade de influenciar o governo dos Estados? Ou será que os paraísos fiscais não existem, são uma mera quimera, ou, pelo contrário, é a democracia que não é o governo do povo?

Num período de declarações fiscais percebamos porque pagamos tantos impostos. Inquietemos as nossas consciências perguntando o que fizemos para combater estas situações.

3. O Observatório de Economia e Gestão de Fraude desde sempre denunciou e combateu os paraísos fiscais, centro nevrálgico da fraude e corrupção à escala mundial. Está disponível para trabalhar em conjunto com todos que pugnem por um sociedade mais ética e humana. É possível fazermos muito mais se conjugarmos vontades, perspectivas e planos de actuação. Há sempre soluções, se houver querer e poder.